

Trajelórias da Agroecologia no Brasil: entre Movimentos Sociais, Redes Científicas e Políticas Públicas

Trajectories of Agroecology in Brazil: Between Social Movements, Scientific Networks and Public Policies

ABREU, Lucimar Santiago de. Embrapa Meio Ambiente, lucimar@cnpma.embrapa.br; LAMINE, Claire. INRA, clamine@grignon.inra.fr; BELLON, Stephane. INRA, bellon@avignon.inra.fr.

Resumo

No Brasil, o movimento social de defesa de uma agricultura ecológica e socialmente justa, teve início nos anos 70, com forte oposição a agricultura industrial. Avançou com o fortalecimento da sociedade civil e finalmente, ocorreu à institucionalização. Na fase atual, ocorre um quarto momento, constituído pela redefinição e recomposição de diferentes versões da agricultura alternativa, no qual a agroecologia ocupa um lugar significativo. Portanto, é esse processo de recomposição das agriculturas ecológicas no país, que objetivamos retrair, descrevendo as características e determinantes. A metodologia resulta de uma revisão bibliográfica, análise e interpretação sociológica de uma dezena de entrevistas abertas. Concluímos que estas diferenças no posicionamento podem ser amplamente relacionadas com concepções e escolas teóricas que têm influenciado os investigadores e agentes envolvidos, num contexto onde as redes científicas dedicadas a questões da agroecologia são muito heterogêneas.

Palavras-chaves: Agricultura de base ecológica, transição agroecológica, atores sociais.

Abstract

The social movement advocating a fair ecological and social agriculture started in Brazil in the early 1970's. It was then strengthened by the involvement of civil society and is the institutionalization. A fourth moment currently appears, with the redefinition and recomposition of different versions of alternative agricultures, in which agroecology plays a significant role. It is this process of recomposition of ecological and alternative agricultures which we aim to trace and analyse by describing its features and drivers. Our approach is based on a literature review and documents analysis, combined with a sociological interpretation of a dozen of open interviews. We conclude that these differences of positions can be related to conceptions and theoretical schools which have influenced the key stakeholders of Brazilian ecological and alternative agricultures in a context where scientific networks dedicated to agroecology are very heterogeneous.

Keywords: Ecological based agriculture, agroecological transitions, social actors.

Introdução

Diversos autores estudaram a trajetória do movimento da agricultura ecológica no Brasil, destacamos a contribuição de Brandenburg (2002), que identificou três importantes fases: i) no primeiro período emerge um movimento nacional contra a industrialização da produção agrícola; ii) o surgimento de novos grupos e de formas de organização social; iii) a institucionalização da agricultura ecológica, acompanhado por uma diluição parcial de seus princípios. Contudo, atualmente observa-se um quarto momento de redefinição e de recomposição de diferentes versões da agricultura alternativa, no qual a agroecologia ocupa um lugar significativo. Portanto, é esse processo de recomposição da agroecologia no país, que objetivamos retrair, descrevendo suas características e determinantes.

Esta investigação salienta o processo de reagrupamento progressivo das agriculturas alternativas sob o "guarda chuva" da agroecologia, cuja concepção é defendida por inúmeros atores sociais

Resumos do VI CBA e II CLAA

(institucionais, associações e redes científicas) num contexto onde a agricultura denominada orgânica (AO), é pouco presente, exceto em certas regiões do país, como no estado de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Entretanto, na lei orgânica nacional, aprovada em 2007, foi a denominação agricultura orgânica que prevaleceu como “guarda chuva” de um conjunto de modelos de produção de base ecológica, que expressa a diversidades de formas de produção (biodinâmica, natural, orgânica, permacultura, etc.)

Neste trabalho primeiramente, desenvolvemos a história da agricultura alternativa, a partir da década de 1970 apresentando seus sucessivos momentos e características, em uma segunda parte, analisamos as interações entre os movimentos sociais, redes institucionais e cientistas, identificando as trajetórias profissionais dos principais atores chaves, para em seguida, analisarmos as visões concorrentes da agroecologia no Brasil. A análise desses discursos mostra que existem duas visões principais sobre agroecologia. Que expressam concepções sobre modos de produção concorrentes propostos como sistemas de práticas adequadas para o desenvolvimento da agricultura sustentável.

O argumento que desenvolvemos é que a evolução da agroecologia depende da interação entre os movimentos sociais, redes científicas e construção de políticas públicas.

Portanto, não pairam dúvidas no que diz respeito à importância dessa temática no debate sobre a vida social atual.

Metodologia

A metodologia empregada resulta de uma revisão bibliográfica sobre a emergência e a evolução da agricultura de base ecológica no Brasil. E da interpretação científica de uma dezena de entrevistas qualitativas, orais, abertas e gravadas, as quais foram realizadas com diferentes pessoas chaves (pesquisadores, técnicos do governo e antigos militantes de ONGs ecológicas), os quais participam atualmente de projetos de pesquisas e redes científicas. A interpretação é inspirada na contribuição teórica denominada de sociologia compreensiva (matriz M. Weber), focalizamos a reconstrução das trajetórias profissionais de atores chaves do movimento e de redes científicas. A pesquisa foi realizada em janeiro e fevereiro de 2009.

Resultados e discussões

No Brasil, como “discurso social”, o tema da agricultura alternativa remonta a década de 70, e é parte da problemática mais geral das relações da agricultura com o meio ambiente. A agricultura de base ecológica é motivada também pelas organizações políticas comprometidas com a construção de um modelo novo da sociedade, baseado nas reivindicações por equidade e justiça social, tais organizações estão envolvidas diretamente com os movimentos de transformação social. Assim, a agricultura de base ecológica não tem o mesmo sentido ou significado em todas as regiões ou países, na Europa ela emergiu do movimento da contracultura e da crítica a sociedade do consumo (Brandenburg, 2002).

Embora já se constate, na história do pensamento brasileiro, preocupações de caráter preservacionista (Pádua, 1987) não há, em período anterior à década de 70, manifestações de cunho ecológico que coloquem em questão o padrão industrial de desenvolvimento, e a relação sociedade-ambiente. O movimento social, ganha força em 1976 quando o ecologista José Lutzenberger lança o Manifesto ecológico brasileiro: “O fim do futuro?”, que irá influenciar uma série de pesquisadores, ecologistas e a comunidade de uma forma geral, no sentido da necessidade de se criar alternativas ao moderno padrão tecnológico que se impunha a agricultura brasileira.

Durante a década de 70, o movimento será marcado pela contestação ao modelo tecnológico da

Resumos do VI CBA e II CLAA

revolução verde e a degradação ambiental, mas também por uma crítica à crescente exclusão social. Neste período as ONGs ambientalistas, irão passar por um processo de fortalecimento, principalmente após a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) que, em conjunto com a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Econômica (FASE), irão centralizar a atuação de diversas organizações de agricultores alternativos. Como resultado desta organização é criado a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) que irá expandir de forma significativa o movimento de agricultores alternativos, articulando uma rede de organizações com entidades de dez estados brasileiros nas regiões sul, sudeste e nordeste (ABREU, 2006).

É na década de 90, todavia, que o debate se expande e a sociedade civil parece tomar consciência da questão, inicia o processo de institucionalização ainda muito formal. Contudo, somente em dezembro de 2003, que representantes de vários setores da sociedade organizada, iniciam o debate em torno da criação de uma legislação nacional para a produção orgânica, inspirados fortemente pelo conceito de agricultura ecológica (BERTONCELLO, 2008) Ainda assim, vários elementos dificultam o avanço da discussão e a formulação de planos e medidas de fomento da produção de base ecológica: questões de ordem econômica, social e política.

O estudo das trajetórias das pessoas-chaves mostrou que os atores sociais entrevistados passam de ações orientadas por ONGs e movimentos sociais (durante os anos 1970 a 1990) e / ou redes científicas para uma participação ativa na construção de políticas públicas (a partir de 2000) enquanto os projetos de investigação e parcerias que tratam da temática da agroecologia evoluem em paralelo.

A evolução da agroecologia depende fortemente da interação entre os movimentos sociais, redes científicas e construção de políticas públicas.

Tal característica da agroecologia tem se reproduzido muito além do território brasileiro e se insere no movimento social mais amplo e internacional. Deste ponto de vista, temos interesse de ampliar geograficamente e realizar estudos de comparação internacional (WEZEI, 2009).

Optou-se por distinguir os pontos de vista conflitantes de agroecologia com base em três aspectos principais: concepções de transições de técnicas, o tipo de agricultor envolvido, e as relações com o mercado e os consumidores. Entretanto, tendo em conta os limites desse trabalho (04 páginas), apresentaremos os pontos de vista relacionados às concepções de transições técnicas: Mais que uma hipótese de pesquisa, para os atores sociais associados à dimensão política, cuja formação acadêmica foi realizada majoritariamente em Córdoba, Espanha, a agroecologia se expressa na etapa final do processo de transição. Portanto, a agroecologia é uma concepção muito além da agricultura orgânica, entendida como a forma de produção que se limita a simples substituição de insumos. A transição é visto como um processo progressista, e seguindo, a concepção defendida por Altieri et al, (1980 apud HILL, 1985), envolve uma fase de substituição de insumos (diminuição, seguida da substituição de insumos externos) e, posterior redesigner gradual do conjunto da unidade de produção estimulando o equilíbrio natural.

Em oposição, um outro grupo de pessoas entrevistadas associadas ao meio acadêmico defende a visão mais radical da transição, a partir de uma mudança completa numa pequena área da unidade de produção, possibilitando o aprendizado do produtor. Este ponto de vista está associado aos entrevistados que estudaram predominantemente na Universidade Holandesa de Wageningen, embora dizem concordar igualmente com a idéia de transição defendida por Miguel Altieri. Enfatizam que se deve conciliar a transição com a necessidade crucial de produzir do agricultor. Atualmente, o corolário deste argumento é que essas interações e essas trajetórias imbricadas levam à co-existência, de visões concorrentes da agroecologia. Concluímos que estas

diferenças no posicionamento podem ser amplamente relacionadas com as escolas teóricas que têm influenciado os investigadores e interessados no assunto, e que as redes científicas dedicadas a questões da agricultura sustentável e da agroecologia são muito heterogêneas.

Conclusões

A análise efetuada dos documentos, da bibliografia e das entrevistas com uma dezena de atores-chaves, mostra como o processo de recomposição progressivo do campo das agriculturas alternativas, conduziu a atual preeminência da agroecologia. Esse processo foi fruto das interações entre as redes científicas, movimentos sociais e construção de políticas públicas e explica a ambigüidade do posicionamento da agroecologia, em se situar entre ciência, práticas e/ou um movimento social.

Essas interações e passagens foram objetivadas, a partir da caracterização das trajetórias desses atores-chaves. A análise desses discursos mostra que existem duas visões principais sobre agroecologia, que nos identificamos a partir do exame das seguintes concepções: i) transições técnicas; ii) tipos de produtores e, iii) as possíveis relações com mercados e interações entre produtores e consumidores.

O atual desenvolvimento da agroecologia, assim como o das agriculturas alternativas ao longo das últimas décadas, se traduz empiricamente pela adoção de novas práticas, a emergência social de novos sistemas de valores e de novas relações entre produtores e consumidores. Ainda que esse fenômeno pareça pouco sistemático, pode-se afirmar que o processo democrático que levou ao desenvolvimento da legislação em vigor, foi resultado de um processo participativo que remonta a um período anterior a definição da lei. Esse processo dinâmico e em curso de desenvolvimento da agroecologia seria fonte de redução das desigualdades, neste sentido o estudo está sendo aprofundado em alçadas sociais e de promoção de justiça social?

O estudo está sendo aprofundado, uma vez que os resultados encontrados são exploratórios. Entretanto, possibilitou a formulação de hipóteses sobre as concepções dos atores sociais face ao corpo teórico de distintas interpretações da agroecologia.

Referências

- ABREU, L.S. *A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira*. Campinas: Emopi, 2006, 174 p.
- ABREU, L.S.; et al. Desenvolvimento e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no Estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- BERTONCELLO, B.; BELLON, S.; Construction and implementation of an organic agriculture legislation: the Brazilian case. In: IFOAM ORGANIC WORLD CONGRESS, 16., 2008, Modena, Italy. *Proceeding...* 2008.
- BRANDENBURG, A. *Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas*. Caminhos da agricultura. ANPPAS, 2002.
- HILL, S. B. Redesigning the food system for sustainability. *Alternatives*, Ontário, v.12, n. 3-4, p. 32-36. 1985.
- WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agron. Sustain. Dev.*; DOI: 10.1051/agro/2009004. Disponível em :<http://www.agronomy-journal.org>. Acesso em: 2009.